



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

ÁREA TEMÁTICA: Sociologia do Desporto [ST]

AS “GERAÇÕES DE 70” E A GERAÇÃO DO DESPORTO EM PORTUGAL

BRÁS, José

Doutoramento em História da Educação

Universidade de Lisboa

zevibras@gmail.com

GONÇALVES, Maria Neves

Doutoramento em Ciências da Educação - História da Educação

Universidade de Évora

maria.neves.g@gmail.com

CARVALHO, Maria João

Doutoramento em Ciências da Educação

Universidade do Minho

mjcc@utad.pt

Resumo

Como refere a literatura da especialidade, nos últimos 40 anos, foram introduzidas alterações significativas no domínio do desporto. Para nós tem interesse analisar é o que representa o início da caminhada dos últimos 40 anos. O desporto, enquanto objecto de reflexão neste trabalho, é problematizado a partir da comparação estabelecida entre duas gerações marcantes: as gerações de 70 dos séculos XIX e XX. Escolhemos dois momentos significativos da vida portuguesa para respondermos às seguintes questões: o que significa o desporto saído da Geração de 70 - 25 de Abril de 74, tendo por comparação o seu enquadramento com outro momento histórico do século XIX? Assim, queremos compreender o desporto a partir do enquadramento histórico de dois movimentos culturais importantes.

Para isso explorámos fontes diversas – textos das conferências do Casino, textos doutrinários e ensaísticos e legislação. A postura metodológica adoptada foi questionar o desenvolvimento do desporto a partir da análise histórica e comparada tendo por base os seguintes descritores: facto político significativo; educação e educação física e desporto; direito e concepção e desenvolvimento desportivo. Em conclusão, podemos dizer que ambas as gerações de 70 foram marcantes apesar das diferenças entre elas: a “Geração de 70 do século XIX” teve um papel importante na crítica social e na fabricação de um novo imaginário que serviu de utopia como força de mudança. Na “Geração de 70 do século XX”, com as mudanças introduzidas com o 25 de Abril, verifica-se o lançamento de políticas de promoção e de desenvolvimento da realidade desportiva nacional.

Abstract

As referred to in the specialty literature in the last 40 years, significant changes were made in the field of sport. For us has interest profile is what represents the beginning of the walk of the last 40 years. . The sport, as an object of reflection in this work, is problematic from the comparison between two generations striking: generations of 70 of the 19th and 20th centuries. We chose two significant moments of Portuguese life to answer the following questions: What does the sport out of the generation of 70-April 25, 74, having compared their framing with another historical moment of the 19th century? So, we want to understand the sport from the historical framework of two important cultural movements.

For that we explored diverse sources – texts of the Casino conferences, doctrinal texts, essays and legislation. The methodological approach adopted was to question the development of sport from the historical analysis and compared on the basis of the following descriptors: significant political fact; education and physical education and sport; law and design and sports development. In conclusion, we can say that both generations of 70 were striking despite differences between them: the "generation of 70 19TH-century" played an important role in the social criticism and in the manufacture of a new imaginary that served as a utopia as a force for change. In "generation of 70 of the twentieth century", with the changes introduced with the 25 of April, the launch of policies for the promotion and development of national sporting reality.

Palavras-chave: desporto; gerações de 70; democratização

Keywords: sport, generations of 70; democratization

Introdução

No momento em que se comemoram os 40 anos da Revolução de Abril, importa clarificar o papel que o desporto assumiu no início da dinâmica deste processo. Na luta pelo desenvolvimento desportivo importa saber que relações foram estabelecidas com a sociedade. Com este artigo, pretendemos fazer não o balanço do que foi o desporto nos últimos 40 anos mas que representa o início desta caminhada. Neste sentido, colocamos o desporto, enquanto objecto de reflexão, a partir da comparação estabelecida entre duas gerações marcantes: as gerações de 70 dos séculos XIX e XX. Escolhemos dois momentos significativos da vida portuguesa para respondermos às seguintes questões: (i) o que significa o desporto saído da Geração de 70 - 25 de Abril de 74, tendo por comparação o seu enquadramento com outro momento histórico do século XIX?; (ii) A problemática desportiva foi concebida à parte das práticas culturais e políticas da sociedade onde se insere? (iii) O desporto foi entendido como uma actividade neutra e pura, desvinculada dos interesses económicos e políticos? (iv) Que sentido devemos buscar na democracia política a prática desportiva (v) O que diferencia os ideais de uma e outra geração? (vi) Quais as marcas das diferenças ou das similitudes? (vii) O que se avançou nesta matéria? Assim, queremos compreender o desporto a partir do enquadramento histórico de dois movimentos culturais importantes, precisamente no momento em que se comemoram os 40 anos da democracia portuguesa.

Com efeito, a “Geração 70” do século XIX teve uma importância vital na convulsão cultural que se viveu nesta altura. As Conferências Democráticas do Casino Lisbonense (1871) – conjugadas com o Cenáculo, a Questão Coimbrã e toda a participação desta geração na crítica social que desenvolveu na imprensa e na literatura - correspondiam à grande ambição de modernizar Portugal “Estudar as condições da transformação política, económica e religiosa da sociedade portuguesa” (Júnior, 1930, p.155). Os protagonistas desta geração defendiam que a modernização do país passava pela modificação da educação e pela introdução da prática da educação física e desporto.

Por outro lado, na década de 70 do século XX, temos a destacar, inevitavelmente, a grande modificação política e social desencadeada pelo movimento do 25 de Abril de 74. Toda esta mudança cultural implicou igualmente uma transformação no domínio desportivo. Trata-se aqui também de introduzir alterações na educação e na prática desportiva.

Na realidade, nos últimos 40 anos, foram introduzidas alterações significativas no domínio do desporto. Mas, o que para nós tem interesse analisar é, como já referimos, o que representa o início da caminhada desta etapa. Só assim, temos plena consciência do nosso ponto de partida.

Neste artigo, propusemo-nos atingir os seguintes objectivos (i) Interpretar o significado do desporto no início do regime democrático (Geração 70 do século XX), tendo por referência contexto da Geração de 70 do século XIX; (ii) Analisar o nível de desenvolvimento do desporto a partir da comparação e enquadramento histórico de dois movimentos culturais importantes; (iii) Compreender a importância que o Desporto assumiu no início da Revolução de Abril de 1974.

O método que vamos utilizar centra-se na análise documental, histórica e comparada, tendo por base os seguintes descritores: 1. Facto político significativo; 2. Educação e educação física e desporto; 3. Direito; 4. Concepção e desenvolvimento desportivo.

1. Facto Político Significativo

Na Geração de 70 (séc.XIX), em que se destacam Eça de Queirós, Antero de Quental, Ramalho Ortigão, Adolfo Coelho, Jaime Batalhes Reis, Oliveira Martins e outros, visava transformar a realidade portuguesa, regenerar a pátria contra a decadência da “raça”. Um dos factos políticos significativo foram, como já referimos, as Conferências do Casino: “Era a primeira vez [com as Conferências] que a Revolução sob a sua forma científica tinha em Portugal a sua tribuna”. (Eça de Queirós). Antero de Quental, na abertura das Conferências, faz a apresentação do Programa e enuncia os objectivos deste evento (i) despertar a elite portuguesa do que entendiam ser a sua total letargia em relação ao que se passava no estrangeiro; (ii) ligar Portugal com o movimento moderno; (iii) agitar na opinião pública as grandes questões da Filosofia e da

Ciência Moderna e (iv) estudar as condições da transformação política, económica e religiosa da sociedade portuguesa.

A Geração de 70, no movimento de renovação mental a que se propunha, proferiu as seguintes conferências: Antero de Quental, *Causas da decadência dos povos peninsulares*; Augusto Soromenho, *A literatura portuguesa*; Eça de Queirós, *A Nova Literatura: O Realismo como nova expressão da Arte* e Adolfo Coelho, *A questão do ensino*. Quando Salomão Sáragga, a 26 de Junho de 1871, ia fazer a prelecção *Os historiadores críticos de Jesus*, a conferência não se realizou devido ao encerramento das Conferências por portaria ministerial do Marquês de Ávila e Bolama, onde se alegava que nas conferências se tinham sustentado "doutrinas e proposições que atacam a religião e as instituições políticas do Estado". Esta decisão motivou um protesto da parte de Antero de Quental: "Em nome da liberdade do pensamento, da liberdade da palavra, da liberdade de reunião, bases de todo o direito público, únicas garantias de justiça social, protestam, ainda mais contristados do que indignados, contra a portaria que manda arbitrariamente fechar a sala das Conferências democráticas. Apelamos para a opinião pública, para a consciência liberal do País, reservando a plena liberdade de respondermos a este acto de brutal violência como nos manda a nossa consciência de homens e de cidadãos" (Matos, 1988, p.188).

O registo é o da crítica, apelando-se à mudança social. Há, assim, uma força crítica e criadora, que pretende fazer o resgate do corpo na medida em que há uma direcção que se centra mais sobre o problema do indivíduo – reformar o ensino e a instituição educativa e outra direcção que se centra na regulação da população - o biopoder que foi um elemento indispensável ao desenvolvimento da educação física.

A Geração de 70 (séc.XX) fez a Revolução do 25 de Abril (uma revolução política e cultural), cujas palavras de ordem eram, entre outras, "Livres do fascismo". A importância deste momento histórico foi sinalizada na Proclamação aprovada no Encontro Nacional das Organizações do PCP sobre Cultura Física e Desporto em 1979: " Em Portugal, só com as condições de vida democrática, conquistadas com o 25 de Abril, a Cultura Física e Desporto pôde ser encarada na sua verdadeira dimensão e significado. No novo quadro de uma política voltada para a resolução de grandes problemas do povo português, um profundo movimento de renovação ganhou a Cultura Física e Desporto, traduzido no reconhecimento generalizado da sua importância para a nossa população, na democratização das estruturas dirigentes, na ampla participação popular, na iniciativas levadas a cabo, na transformação qualitativa da prática desportiva, num sentido humanizador, na dignificação do desporto profissional, na abertura do leque das nossas relações desportivas" (*Desporto, Direito do Povo*, 1979, 979, p.215).

Ao registo da crítica do séc. XIX, opõe-se, agora, o registo da *práxis*, o Programa do Movimento das Forças Armadas, o exercício do poder por uma Junta de Salvação Nacional, a destituição do então Presidente da República e do Governo, a extinção imediata da DGS, da Legião Portuguesa e das organizações políticas da juventude e a abolição da censura.

Como se refere nas Conclusões do Encontro Nacional das Organizações do PCP sobre Cultura Física e Desporto (1979), "as grandes transformações que se verificaram na sociedade portuguesa provocaram o aparecimento de novas necessidades a que a cultura física e desporto devem responder" (*Desporto, Direito do Povo*, 1979, p.115).

2. Educação e Educação Física e Desporto

A educação, como factor de progresso, foi um *leitmotiv* da Geração de 70 oitocentista. A 5ª Conferência no Casino Lisbonense, proferida a 19 de Junho de 1971, Adolfo Coelho analisa "A Questão do Ensino" onde fez um ataque desolador sobre o ensino em Portugal, os métodos de ensino mnemónicos e verbalistas utilizados e onde preconiza a separação do Estado e da Igreja.

Nos anos 70 do séc. XX, é criticado o ensino do Estado Novo baseado na trilogia Deus, Pátria e Família e passou a fazer-se a apologia de uma escola para todos, instituindo-se o ensino unificado. Neste contexto de mudança, é extinta a Mocidade Portuguesa Masculina e Feminina, conforme preconizava o Programa do

Movimento das Forças Armadas. E cria-se uma mentalidade propícia à Lei de Bases do Sistema Educativo que acaba por ser promulgada em 1986 (Lei nº 46/86, 14 de Outubro).

Ramalho Ortigão, um dos vultos da intelectualidade oitocentista, proclamava que “a ginástica, não se reduzia a uma questão de circo, nem de barraca de feira” e que era “uma alta e grave questão de educação nacional (...) neste bocado de terra a que se chama Portugal faz-se geralmente dela uma triste ideia” (*As farpas*, (1942-1946) [1871-1881] Vol. VIII, p. 23) o que mostra como a educação física começa a ganhar terreno no ideário educativo. E Oliveira Martins, no contraponto que faz entre Portugal e a Inglaterra sublinha: “O sport salva-os do embrutecimento, remam, patinam, jogam o cricket, o futebol, montam, correm, caçam (...). O fim que têm em vista não é produzir instrumentos [sic] intelectuais, é formar individuos *healthy and active*, sadios e hércules, bravos e bons ingleses” (Martins, 1923, p.121).

Com o 25 de Abril, os objectivos do Governo na área desportiva assentavam, segundo Carvalho (1976a, p. 11) no seguinte: “O sentido fundamental da renovação desportiva é, portanto, o da luta política que se traduz pela emancipação do proletariado contra o capitalismo dominante. Mas neste processo de luta devem destacar-se duas tarefas igualmente importantes: - A de destruir a herança fascista, de forma que o desporto funcione também como um processo fundamental na educação das massas trabalhadoras, e de modo a que elas superem velhos hábitos que impregnam ainda a vida de todos nós; - a de construir uma nova forma de desporto, capaz de responder directamente às necessidades culturais, biológicas e psicológicas de toda a população”. O mesmo autor sublinhava que o desenvolvimento desportivo em si próprio nada significava se não for concebido dentro de uma perspectiva mais ampla que lute decididamente pela criação de melhores condições de vida para as massas populares. Ora, essa luta não pode travar-se numa única frente, devendo, pelo contrário, desdobrar-se em todos os sectores da actividade social (...). A luta pelo desenvolvimento desportivo tem de ser assim, essencialmente, uma luta de carácter político, visto que o problema básico é de ordem política (Carvalho, 1976a).

Em 1974, pelo Dec nº 694/74, é criada a Direcção Geral dos Desportos (DGD). Com este decreto a Educação Física deixa de ser tutelada pela DGD e passa para a Direcção Geral do Ensino Básico e Direcção Geral do Ensino Secundário. No entanto, o Desporto Escolar continua a ser tutelado pela DGDⁱ. Esse mesmo Decreto atribui ao Fundo de Fomento do Desporto maior capacidade de intervenção no processo de desenvolvimento da educação física e do desporto em geral. Não só o financiamento das instalações e apetrechamento mas também uma maior capacidade de intervenção em todo o processo de desenvolvimento da educação física e do desporto em geral. Há, assim, um corte com o passado e uma nova legislação. Não bastava substituir os dirigentes. Importava também formar uma nova mentalidade de acordo com a sociedade em construção. Deste modo, se compreende o Encontro Nacional de Desporto (ENDO), em Março de 1975, que se insere nesta linha de preocupação e renovação. No ENDO estavam dois temas em discussão: “Desporto é Cultura” e “Repensar o Desporto”. As Conclusões da ENDO passaram pela luta pelo desenvolvimento desportivo, pelo combate à estruturação desportiva portuguesa que se construiu à imagem da estrutura fascista vigente até ao 25 de Abril e pela intenção de se criar uma nova cultura desportiva através da democratização do acesso e da democratização da própria estrutura (Delegações distritais às restantes capitais de distrito). Preconiza-se que “As células comunitárias locais deverão constituir uma das mais importantes formas de difusão da prática do desporto entre a população. Localmente será indispensável criar uma nova estrutura que, partindo da Junta de Freguesia, chegue até à Câmara Municipal, passando pela união local das pequenas e grandes colectividades. Através desta nova estrutura será possível promover a necessária descentralização da actividade desportiva, única forma de elaborar as respostas adequadas aos problemas localmente levantados. Esta será a solução para o problema da integração harmoniosa da prática desportiva na vida cultural local.” (Carvalho, 1975b, p. 38).

De assinalável relevância é de destacar o movimento do Desporto Infantil – MODI – lançado em 1976, com o objectivo de dinamizar as escolas primárias e os seus agentes educativos (pais, professores, educadores e animadores) em torno da promoção do desporto infantil.

Ainda no âmbito desta valorização do desporto, são criadas as seguintes publicações: revista *Treino Desportivo*, *Cadernos de Cultura e Desporto*, a revista *O Animador*. Estas publicações visavam suprir

lacunas dos monitores e animadores. De realçar ainda o 1º Plano de Preparação Olímpica J.O. 1976 e o Decreto-Lei nº 675/75, de 3 de Dezembro que inclui a Educação na Universidade.

Todas estas iniciativas visam criar as condições consideradas necessárias para a prática das actividades físicas e desportivas a terem um papel estruturante na formação do homem, nesta nova sociedade em projecto de construção. Nas Conclusões do Encontro Nacional das Organizações do PCP sobre Cultura Física e Desporto pode ler-se: “O homem constrói-se a si próprio fundamentalmente através das relações sociais e do meio cultural. As actividades físicas educativas são um elemento integrante deste meio e constituem indispensável factor de aperfeiçoamento humano” (*Desporto, Direito do Povo*, 1979, p.116).

3. Direito

Durante o séc. XIX, apenas uma pequena elite aristocrática e burguesa é que praticava a actividade física. Na década de 70 desse século, no plano concreto, existiam apenas 3 clubes. No plano ficcional, a actividade física é concebida exclusivamente para as classes privilegiadas. No articulado legislativo, o direito à prática desportiva era inexistente. No entanto, a *intelligentzia* do tempo (Eça, Antero, Ramalho, Adolfo Coelho, Jaime Batalhes Reis, Oliveira Martins, etc...) lutaram, ao nível das mentalidades, pela inclusão da Educação Física no currículo escolar e pela necessidade da sua vulgarização fora do espaço escolar. É neste sentido que defendem a equiparação de Portugal aos países civilizados, criticando o atraso português. Ouçamos Eça: “Nós não temos os jogos de destreza das outras nações; (...) não temos o cricket, nem o *football*, nem o running, como os ingleses; não temos a ginástica como ela se faz em França; não temos o serviço militar obrigatório que é o que torna o alemão sólido... Não temos nada capaz de dar a um rapaz um bocado de fibra” (Queiroz, 1888, p. 306).

Com o 25 de Abril, pretende-se promover o acesso à prática desportiva das classes desfavorecidas. Critica-se a política fascista por ter promovido a discriminação social. Devido ao capital ter procurado a obtenção do lucro fez com que o desporto deixasse de se enquadrar dentro de uma educação física correcta. Com efeito, as necessidades formativas colocam-se de igual maneira para todos os jovens, independentemente das classes sociais. O desporto deve subordinar-se ao desenvolvimento da personalidade. Por isso deve ser considerado um direito inalienável. Conforme refere Carvalho (1975c, p. 13-14) é indispensável não separar a resposta às necessidades da sociedade da satisfação das necessidades do cidadão; só desta forma é que o acesso ao desporto se deve tornar um direito inalienável do cidadão, devendo esta preocupação educativa ter expressão objectiva na Constituição. Efectivamente, a Constituição Portuguesa de 1976 consagrou esta ideia um direito fundamental, conforme consta no artigo 70 (Juventude), articulado 1, alínea d):

1. Os jovens gozam de protecção especial para efectivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais, nomeadamente:

d) Na educação física e no desporto.

Como se refere nas Conclusões do Encontro Nacional das Organizações do PCP sobre Cultura Física e Desporto, “Já vai longe o tempo em que se defendia a prática da cultura física e desporto como um privilégio ou como uma exclusiva forma de preparação militar. As novas exigências históricas que se levantam para a formação do indivíduo impõem que, numa perspectiva de justiça social, todos, sem excepção, tenham iguais possibilidades de acesso às actividades físicas educativas” (*Desporto, Direito do Povo*, 1979, pp.115-116).

4. Concepção e Desenvolvimento Desportivo

Ramalho Ortigão é um crítico mordaz da posição de um par do Reino que se tinha manifestado contra a presença da ginástica nas escolas do sexo feminino. A ironia ramalhiana deixa-nos antever a denúncia cáustica que faz aos políticos, incapazes de compreender os benefícios da educação física seja para rapazes seja para raparigas: “Por ocasião de se discutir no parlamento a reforma de instrução primária o digno par senhor Vaz Preto Geraldês votou contra a adopção da ginástica nas escolas de raparigas, enunciando a opinião de que a ginástica nas escolas de raparigas, tinha um carácter imoral. Sua Ex^a parece recear que uma vez introduzida a ginástica nos costumes do sexo feminino, as senhoras portuguesas comecem a estar nos

bailes com pesos suspensos da boca e a passearam no Chiado apoiadas sobre as mãos e de pernas para o ar” (Ortigão, (1942-46). *As Farpas: o país e a sociedade portuguesa*, vol. V, p. 79).

Com o 25 de Abril, as condições de democratização estão relacionadas com uma visão mais global (causas profundas). As reformas preconizadas incluem também a transformação da escola e as condições de acesso segregacionistas de todos os graus de ensino. O que se pede é uma nova mentalidade e, no alvor revolucionário, surge o Projecto Atletismo à Porta de Casa (António Vilela).

É num cenário de valorização da actividade física e do higienismo que D. António da Costa – que em 1870 fora precisamente o Ministro da Instrução Pública – escreve: “Não vos lembra terdes visto por essas ruas uma enfiada de crianças, pálidas enfezadas, raquíticas, oftálmicas, de andar incerto, a tristeza nos semblantes, a morte precoce por condenação? (...) Vedes hoje a desgraça. Lá passam, alegres, coradas, robustas, buliçosas, passo firme, no rosto a alegria, no corpo a aptidão para o trabalho, no espírito a disposição para os progressos no estudo. É a Casa Pia da acrobática ginástica e da estonteante higiene” (Costa, 1884, p.37). E, no mesmo sentido – e apenas a título meramente ilustrativo – citemos Adolfo Coelho que sustentava que a criança na escola, e mesmo até o adulto nos seus momentos de repouso, devem praticar jogos ao ar livre. Dá como exemplo Londres e outras cidades, onde existem vastos campos reservados “aos jogos de “*cricket*”, “*foot-ball*,” “*tennis*” “*crosse*”, barcos nos rios para corridas a remos, “*yachts*” nos portos para grandes regatas; bicicletas em número infinito que percorrem todas as estradas.” (*Boletim da Direcção Geral de Instrução Pública*, 1905, p. 101, Jan/Junho).

No auge do movimento revolucionário, considera-se que o sector desportivo pode dar uma ampla contribuição à revolução em marcha, criticando a perspectiva exclusivamente tecnocrática. O desenvolvimento desportivo só ganha sentido e significado se se integrar numa perspectiva mais ampla de criação de melhores condições de vida para as massas populares. O desenvolvimento desportivo é entendido como uma luta política (Carvalho, 1975b). Assim, com a Revolução dos Cravos, após a tomada de posse do I Governo Constitucional, assistiu-se a uma rápida tentativa de, a um tempo, eliminar a influência política das forças que, desde o 25 de Abril, dominavam o sector da educação física e dos desportos e montar um aparelho mais de acordo com os ditames seguidos nas democracias de tipo ocidental” (Trovão, 1997, p.355).

Conclusões

A Geração de 70 oitocentista é antiinstitucional enquanto que a Geração de 70 do século XX conseguiu estar em pleno exercício do poder e em condições de protagonizar as grandes mudanças desportivas. A “Geração 70” do século XIX movimenta-se no plano da crítica social e da utopia. Teve uma importância vital na convulsão cultural que se viveu nesta altura. As Conferências Democráticas do Casino Lisbonense (1871) correspondiam a essa grande ambição de modernizar Portugal “Estudar as condições da transformação política, económica e religiosa da sociedade portuguesa” (Júnior, 1930, p.155). Os protagonistas desta geração defendiam que a modernização do país passava pela modificação da educação e pela introdução da prática desportiva. A “Geração de 70” do século XX movimenta-se no plano da práxis, do aproveitamento que a grande modificação política e social, desencadeada pelo movimento do 25 de Abril de 74, permitiu. Toda esta mudança cultural implicou igualmente uma transformação no domínio desportivo. Trata-se aqui também de introduzir alterações na educação e na prática desportiva. O Desporto foi discutido, como nunca tinha sido feito, como um aspecto da cultura. A Direcção Geral dos Desportos teve um papel determinante neste processo. O Desporto faz, pois, parte do património simbólico da revolução. A Geração de 70 do século XIX teve um papel importante na crítica social e na fabricação de um novo imaginário onde o desporto ainda era um desejo no campo da utopia. Na Geração de 70 do século XX, mais concretamente com as mudanças introduzidas com o 25 de Abril, verifica-se o lançamento de políticas de promoção e de desenvolvimento da realidade desportiva nacional. Para assinlarmos a importância deste momento histórico, remetemos o leitor para a *Proclamação* aprovada no Encontro Nacional das Organizações do PCP sobre Cultura Física e Desporto. “ Na sociedade de hoje, a Cultura Física e Desporto é uma questão nacional importante. Marcando profundamente os actuais padrões de cultura e de comportamento individual e colectivo, relaciona-se praticamente com todos os sectores de actividade, com particular relevo para a

educação, a saúde pública e os tempos livres. Instrumento indispensável de formação, factor poderoso de equilíbrio e bem-estar, meio inegável de valorização, dignificação e realização humana e social, a Cultura Física e Desporto tem repercussões cada vez maiores na esfera do processo produtivo e uma importância crescente no mundo da arte, do espectáculo e da comunicação social” (*Desporto, Direito do Povo*, 1979, p.215).

Fontes e Referências Bibliográficas

Boletim da Direcção Geral da Instrução Pública, Lisboa (1902-1905).

Brás, José (2010). Prefácio. *Alfredo Melo de Carvalho - Vida e Obra. Contributo para a História da Educação Física e do Desporto em Portugal*. (pp. 2-3). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Carvalho, Alfredo Melo de (1974). *Desporto educativo*. Lisboa: D.G.D.

Carvalho, Alfredo Melo de (1975a). *Aspectos educativos da corrida*. Lisboa: D.G.D.

Carvalho, Alfredo Melo de (1975b). *Para uma prática consciente da actividade desportiva*. Lisboa: D.G.D.

Carvalho, Alfredo Melo de (1975c). *Desporto novo num país novo*. Lisboa: D.G.D.

Carvalho, Alfredo Melo de (1976a). *Desporto e revolução: uma política desportiva*. Lisboa: D.G.D.

Carvalho, Alfredo Melo de (dir). (1976b). *O animador: revista da Direcção Geral dos Desportos*. Lisboa: D.G.D.

Carvalho, Alfredo Melo de (dir). (1976c). *Desporto novo: órgão informativo da Direcção Geral dos Desportos*. Lisboa: D.G.D.

Coelho, Adolfo (1973). *Para a história da instrução popular*. Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência / Centro de Investigação Pedagógica.

Constituição da República Portuguesa. Texto originário da Constituição, aprovada em 2 de Abril de 1976.

Costa, D. António da (1871). *História da instrução popular em Portugal desde a fundação da Monarquia até aos nossos dias*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Costa, D. António da (1884). *Auroras da Instrução*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Desporto, Direito do Povo. Encontro Nacional das Organizações do PCP sobre a Cultura Física e Desporto. (1979). Lisboa: Editorial Avante.

Júnior, António Salgado (1930). *História das Conferências democráticas do Casino*. Lisboa: Tip. Coop. Militar.

Martins, Oliveira (1923). *Dispersos*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional.

Matos, Costa (org. e coord.). (1988). *Dicionário de Eça de Queirós*. Lisboa: Ed. Caminho.

Movimento do Desporto Infantil (MODI). Relato de experiências. (1976). Lisboa: D.G.D.

Ortigão, Ramalho (1942-46). *As Farpas: o país e a sociedade portuguesa* (11 vols). Lisboa: Clássica Editora.

Ortigão, Ramalho (s/d). *Farpas escolhidas*. Lisboa: Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses.

Queirós, Eça de ([1888]). *Os Maias*. Lisboa: Edição Livros do Brasil.

Quental, Antero de (1980). 2ª Conferência: Causas da Decadência dos Povos Peninsulares, Casino Lisbonense, 27 de Maio de 1871 in Medina, J. *Eça de Queiroz e a Geração de 70*. (pp. 157-158). Lisboa: Ed. Moraes.

Trovão, Rosário (1997). *O Desporto em Portugal. Reflexo e projecto de uma cultura*. Lisboa: Instituto Piaget.

Ruivo, Eugénio (2010). *Alfredo Melo de Carvalho - Vida e Obra. Contributo para a História da Educação Física e do Desporto em Portugal*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

ⁱ A Direcção Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar (criada pelo Dec. Lei nº 32241, de 5 de Setembro de 1942) tinha passado em 1973 para Direcção Geral da Educação e Desporto (Dec Lei nº 82/73 de 3 de Março). A DGD passou a contar com uma divisão do Desporto Escolar (até saída Dec. Lei 553/77). A Lei de Bases do Sistema Desportivo só surge em 1990 (Lei nº 1/90, 13 de Janeiro).